



Políticas Públicas Estaduais: o financiamento da EJA no contexto da política de fundos (FUNDEF/FUNDEB): avanços e limites para educandos campo/cidade

Autor 1 - Eliete de Carvalho Margutti (UNESP) nete_margutti@hotmail.com

Autor 2 – Maria Peregrina de Fátima Rotta Furlanetti (UNESP) fatimarotta@hotmail.com

Resumo

Com forte inclinação para a pesquisa na área de políticas públicas de EJA e já no 4º ano do curso de licenciatura em Pedagogia, e durante todo o curso participando de grupos de estudos e pesquisas referentes à Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular, e buscando disciplinas fora do currículo obrigatório, que me dessem suporte e respostas as minhas indagações a respeito da EJA, então não poderia pôr-me à margem desta temática candente da política educacional brasileira, crucial para minha formação acadêmica. Portanto, passei a realizar um estudo bibliográfico em documentos e pareceres, fundamental para o aprofundamento sobre o tema e entender hoje como está as Políticas Públicas Estaduais e como elas vêm se devolvendo nos municípios da região de Presidente Prudente/SP. Sabendo que as escolas com salas de EJA, tanto na zona urbana como na zona rural, é de extrema importância, pois o acesso ao conhecimento sistematizado através do diálogo sobre a identidade cultural buscando a prática para traçar os objetivos, conteúdos e métodos, assim, uma educação pensada como debate pedagógico sobre as relações sociais concretas de vida do sujeito repensando a organização e desenvolvimento social econômico. Porém, também é de destacar um processo de suma importância desenvolvido na sociedade, o processo crescente da inserção do capital e da ideologia urbana no campo. Ambos os Fundos, contemplando ou não o financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), influenciam decisivamente as políticas públicas voltadas a esta importante modalidade do ensino, que vinha sendo crescente ofertada pelos municípios.

Palavras-chave: Políticas Públicas, EJA, Educação, financiamento.

State Public Policy: financing of adult education in the context of political funds (fundef / FUNDEB): progress and limits students to rural / urban

Abstract

With a strong inclination towards research in public policy EJA and already in the 4th year of a degree in Pedagogy, and throughout the course of participating in study groups and research regarding Youth and Adult and Popular Education, and seeking disciplines outside of the compulsory curriculum, which would support me and answer my questions about the EJA, then could not put me on the sidelines of this issue burning of Brazilian educational policy, crucial to my education. So, I started to realize a bibliographical study of documents and opinions is vital to the deepening of the topic and understand how today is the State Public Policy and how it has been returning in the municipalities of the Presidente Prudente / SP. Knowing that schools with adult education rooms, in urban as in rural areas is of utmost importance, since access to knowledge through systematic dialogue on cultural identity practice seeking to trace the objectives, contents and methods, so education conceived as a pedagogical debate about the social relations of real life subject of rethinking the social organization and economic development. But it is also to highlight a process of paramount importance in society developed, the process of increasing integration of capital and urban ideology in the field. Both Funds, contemplating whether or not the funding of Youth and Adults (EJA), decisively influence the public policies related to this important mode of teaching, which was being increasingly offered by municipalities.

Key-words: Public Policy, EJA, education, finance

1 Introdução

Até os anos 1980, eram poucos os pesquisadores brasileiros que se debruçavam sobre o financiamento da educação, sendo diminuta a quantidade de estudos e pesquisas voltados para a temática.

Na década de 1990, foi introduzida no Brasil a política de fundos para o financiamento da educação pública, com o advento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado pela Emenda Constitucional nº. 14/96 e regulamentado pela Lei nº. 9.424/96.

Desde então, ampliou-se consideravelmente o interesse pela pesquisa acerca do financiamento da educação no país, acompanhado do correspondente aumento da produção nessa área nas duas últimas décadas.

Reiteradamente criticado pela maioria dos especialistas da área, o FUNDEF foi substituído recentemente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional nº. 53/2006 e regulamentada em definitivo pela Lei nº. 11.494/2007.

Ambos os Fundos, contemplando ou não o financiamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), influenciam decisivamente as políticas públicas voltadas a esta importante modalidade do ensino, que vinha sendo crescente a oferta pelos municípios.

Com forte inclinação para a pesquisa na área de políticas públicas de EJA e já no 4º ano do curso de licenciatura em Pedagogia, e durante todo o curso participando de grupos de estudos referentes à Educação Popular, como o GEPEP (Grupo de Estudos em Educação Popular), o PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos) e tendo bolsa no grupo de pesquisa pelo CNPQ no grupo CEGEO (Curso Especial de Geografia) ao qual é específico para educandos de movimentos sociais, e buscando disciplinas fora do currículo obrigatório, que me dessem suporte e respostas as minhas indagações a respeito da EJA, devido ao fato de também ter terminado meus últimos anos de Ensino Médio em uma sala da EJA, que ainda era vista como Supletivo. Então não poderia pôr-me à margem desta temática candente da política educacional brasileira, crucial para minha formação acadêmica.

Portanto, passei a realizar um estudo bibliográfico em documentos e pareceres, fundamental para o aprofundamento do tema “O financiamento da EJA no contexto da política de Fundos (FUNDEF/FUNDEB): avanços e limites”.

2 Objetivos Gerais

O estudo bibliográfico supracitado contemplou os seguintes objetivos:

- Investigar o processo histórico de financiamento da educação no Brasil;
- Compreender a política de financiamento da educação via Fundos (FUNDEF/FUNDEB);
- Cotejar as características e o funcionamento do FUNDEF e do FUNDEB;
- Identificar os principais avanços para o financiamento da EJA decorrentes da substituição do FUNDEF pelo FUNDEB;
- Analisar os limites do atual Fundo para o financiamento da EJA.
- Analisar as Políticas Públicas Estaduais de EJA, isto é, os cursos presenciais, à distância e os semipresenciais, os motivos e as justificativas inseridas nas resoluções e pareceres oficiais para compreender o processo de mudanças das escolas de EJA, tanto da cidade quanto do campo após a LDB de 1996.

2.1 Objetivos Específicos

- Levantar a bibliografia documental em jornais oficiais do Estado de São Paulo a partir de 96;
- Identificar as mudanças ocorridas entre o Estado de São Paulo e a LDB;
- Compreender os processos das escolas estaduais que atendem os jovens, adultos e idosos de municípios que fazem parte da Diretoria de Ensino – regional de Presidente Prudente;
- Identificar as escolas profissionalizantes tanto as públicas (estadual e municipal) quanto as particulares.

3. Metodologia

De natureza qualitativa o estudo bibliográfico de documentos, resoluções e pareceres e também um levantamento de dados na Diretoria de Ensino da cidade de Presidente

Prudente/SP, referente à EJA, buscando também dentro das leituras a história da EJA no Brasil de 1996 até os dias atuais. Estará abordando os seguintes procedimentos metodológicos abaixo especificados para esta pesquisa de análise bibliográfica e documental a cerca da temática em questão e discutiremos os seguintes pontos:

No financiamento da educação no Brasil: um pouco de história – Estaremos mostrando a história do financiamento da educação no Brasil, desde o período colonial, passando pela vinculação constitucional de recursos, até chegar aos atuais índices de vinculação de recursos definidos pela CF/88 e pela LDB/96: 18% União, 25% Estados DF e municípios.

No FUNDEF: funcionamento e entrave para o financiamento da EJA – O intuito é mostrar o surgimento e como funcionava o mecanismo do FUNDEF, destacando que o mesmo foi prejudicial para EJA por não lhe destinar recursos.

No FUNDEB: um novo Fundo para toda a educação básica - mostrar o surgimento do FUNDEB para substituir o antigo FUNDEF, destando que o atual Fundo volta-se para o financiamento de toda a educação básica, inclusive da EJA.

No FUNDEB: avanços e limites para o financiamento da EJA – Estaremos identificando os avanços trazidos pelo FUNDEB em comparação ao extinto FUNDEF, como a cobertura da EJA, por exemplo; bem como as limitações do atual Fundo para o financiamento da EJA, como os baixos fatores de ponderação atribuídos à EJA e que não são suficientes para oferta de um ensino de qualidade.

No Parecer CNE/CEB 11/2000 Diretrizes da EJA - Estaremos estudando o parecer para entender a EJA, buscando suas finalidades e funções e o que ela diz sobre a garantia do direito a educação e suas funções: Função Reparadora e a Função Permanente.

5. Considerações Parciais

Sendo a EJA diferenciada, devemos pensar também que os educadores também sejam independentes onde esteja esta sala de aula, se na periferia ou centro, seja na zona urbana ou rural, pois cada uma tem sua especificidade. Olharmos principalmente o contexto em que está inserida esta escola e seus educandos, e termos educadores conscientizados e preparados para tal modalidade, pois adultos são diferentes de crianças, portanto as aulas não podem ser uma

mera representação da aula dada para uma criança no turno anterior, e sim específica para o adulto dentro da realidade em que está inserido.

Precisamos ter a preocupação de conscientizar os educadores para que se sintam inseridos dentro do contexto da EJA, que compreendam o significado e a importância que é ser um educador popular, e somente assim, compreendendo a escola da EJA, esperamos que fosse possível para que aja uma quebra de mitos e preconceitos com relação a esta modalidade, podemos então dar a esses educandos a oportunidade de recuperar a cultura, recriar a identidade deste sujeito, na busca de sua autonomia pessoal, pois estaremos fazendo com que busque lutar, pelo seu direito ao estudo, ao trabalho, a luta pela terra, outrora negada, por diversos motivos ao longo de suas vidas. E lutando pelos seus direitos, este sujeito estará buscando para si e para seus filhos e familiares a dignidade para assim, passar para um processo mais amplo de humanização e reafirmação.

Pensando nesta perspectiva, cabe aos educadores das salas da EJA se preocuparem em conhecer o contexto em que estão inseridos seus educandos/as, para através destes dados, terem a oportunidade de pensar que tipo de material, e instrumento se deve utilizar para que a proposta de ensino destes seja com assuntos relacionados ao seu dia-a-dia, com suas vivências e suas experiências, respeitando o seu conhecimento prévio. È pensando coletivamente que iremos construir um Projeto Político Pedagógico que de conta de tantas diferenças encontradas nas salas de EJA.

Considerando os estudos iniciados para a temática, podemos verificar que a luta para os direitos da EJA ao longo dos anos foram muitas, e ela vem como uma “função reparadora” e a conquista de suas próprias diretrizes, e através dela ser considerada uma modalidade passa então os jovens, adultos e idosos a ter assegurado o direito de uma escola.

Segundo o parecer CNE/CEB 11/2000, a EJA tem duas funções, função reparadora e função permanente que diz:

“[...] a **função permanente** da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimento. [...]”.

E o que nos diz a função permanente:

“Esta tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a **função permanente** da EJA que pode se chamar de **qualificadora**. Mais do que uma função, ela é o próprio **sentido** da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.”

Precisamos nos envolver mais como educadores populares, e como ressalta Paulo Freire, devemos nos inserir no contexto do educando para compreendermos sua realidade e a partir daí buscar a melhor maneira de ensinar. È neste ponto que a educação é muito importante, buscando resgatar nesses sujeitos a valorização de suas raízes e valores. Tendo como objetivo o empenho de levar às salas da EJA para todos, campo, cidade não importa, pois o importante é o compromisso com esses sujeitos, para assim, podermos atender a diversas pessoas, com necessidades (leitura e escrita) e resgatar a esperança de se sentar em uma carteira de escola, e mostrar para elas, que ainda é possível e que seus sonhos podem ser concretizados, que seus desejos, outrora interrompidos poderão ser resgatados, e sua autonomia sobre si será contemplada, pois através da escrita e da leitura, esses educandos terá domínio sobre si e sobre tudo em sua volta.

A EJA do campo também deve ser pensada e devidamente compreendida, pois ela é necessária para a zona rural. Para um trabalhador, jovem, adulto ou idoso que vive da roça, ele também tem o direito de estudar, e nesta perspectiva, e lógica, é no campo uma das possibilidades de estudo deste sujeito. São homens e mulheres que gostariam de estudar e muitas das vezes, não há uma escola no campo que ofereça este ensino. È dever do estado e município pensarem neste trabalhador, e favorecer melhorias e oportunidades para uma educação de qualidade. Não adianta o município colocar transporte para levar este educando para a cidade, é no campo que as salas da EJA devem estar para atender este público específico. Devido ao cansaço do dia a dia, ele não terá motivação para estudar na cidade, mas se for oferecido oportunidades de salas no campo, provavelmente não deixarão esta oportunidade passar.

Verificamos que Leis são muitas, mas as que realmente funcionam, são poucas, e fazer com que o Estado e municípios se preocupem com a EJA, é uma tarefa de constante luta, pois “adultos” não têm tanta necessidade de estudar, sendo as preocupações voltadas somente às crianças. Muitos municípios desconhecem seus munícipes, a maioria nunca se interessou em

saber se em seu município há analfabetos, e o pior, nem se preocupam. Quando há alguma reunião para se falar desta modalidade, a maioria dos secretários municipais acha compromisso naquele dia, ou muitas vezes manda um representante que nem entende o que está discutindo. Será que não esta na hora de acordarmos?

Concordo com FURLANETTI , quando afirma que,

“A Educação do campo deve levar em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no campo e do campo, assumindo a identidade do meio rural num contexto específico de um projeto de desenvolvimento do campo. Uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, mas uma escola vinculada à cultura que se produz por meio das relações sociais mediadas pelo trabalho na terra, com isso estaremos tratando a população do campo como sujeitos de um projeto de desenvolvimento com base na agricultura familiar, cooperativa e solidária, e, assim promovendo um amplo programa de desenvolvimento social. Que tenha como objetivo a permanência do homem e da mulher, do jovem e do adulto do campo no campo.” (FURLANETTI, 2007, p.11)

Uma das tarefas do educador da EJA é contribuir na organização do povo para que lute por seus direitos, formando-os no fortalecimento da identidade de sujeito coletivo, nas novas relações de trabalho e na consciência política. Isso não é formar trabalhadores (mão-de-obra), que se conforme com planos e modelos que já vêm prontos, mas sim ter capacidade de resistir a esses modelos e pensar no coletivo criando novos projetos e sendo seres autônomos.

Essa ação educativa deve ter como objetivo, desenvolver uma tomada de consciência e atitude crítica, permitindo ao educando chegar a ser sujeito, constituir-se como pessoa e transformar a sua realidade. Falar em políticas públicas da educação para a EJA é equacionar novas posturas, novas estratégias, novas diretrizes e, sobretudo novas bases capazes de alicerçar a educação como direito de todos. Visando o grande número de pessoas tanto da cidade como no campo que estão fora dos bancos da escola, vemos que infelizmente existe uma crença no Brasil, que a população da EJA não necessita de políticas voltadas à sua dinamização, esta sendo dispensável qualquer tipo de estratégia de desenvolvimento. Isto ocorre por conta da intensa urbanização, extinguindo a população oprimida, dispensando uma maior atenção já que todos, por algum motivo acabam não tendo condições de estudar.

6. Referências Bibliográficas

ARELARO, Lisete Regina Gomes; KRUPPA, Sonia Portela. Educação de jovens. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades de ensino na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2007.

CALLEGARI, César. **O FUNDEB e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo**. São Paulo: Ground; APEOESP, 2007.

DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da educação básica?** Campinas: Autores Associados, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*/Paulo Freire. -São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. Cortez, 1997 (3ª. Edição), SP.

FURLANETTI, Maria Peregrina de Fátima Rotta. *Compartilhando Experiências, dialogando com a prática da alfabetização*. Canal 6, 2009(1ª Edição), SP.

GOUVEIA, Andrea Barbosa. Políticas e financiamento na EJA: as mudanças na política de financiamento da educação e possíveis efeitos na EJA. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 379-395, jul./dez. 2008.

GOUVEIA, Andrea Barbosa; SILVA, Isabelle Fiorelli. Financiamento da educação no Brasil: FUNDEF e FUNDEB. In: CZERNISZ, E. C. da S.; PERRUDE, M. R. da S; AOYAMA, A. L. F. (Orgs.). **Política e gestão da educação: questões em debate**. Londrina: UEL, 2009. p. 45-59.

LIMA, Maria José Rocha; ALMEIDA, Maria do Rosário; DIDONET, Vital (orgs.) **Fundeb: dilemas e perspectivas**. Brasília: edição independente, 2005.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos \$ descontos**. Ceilândia, DF: Idéia, 1997.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

PARECER CNE/CEB/11/2000 SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/> Acesso em: 18/04/2011

ROSSINHOLLI, Marisa. **Política de Financiamento da educação no Brasil: do FUNDEF ao FUNDEB**. Brasília: Líber Livro, 2010.

SALES, Sandra. Avanços e retrocessos: refletindo sobre a Educação de Jovens e Adultos na década de 1990. In: SOUZA, D. B.; FARIA; L. C. M. (Orgs.). **Desafios da educação municipal**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 329-350.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 2. ed. rev. e amp. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.